

Preconceito e Alteridade Entre Nós

Prejudice and Otherness Among Us

Cecília de Campos França¹

RESUMO

Este artigo é resultado da pesquisa realizada em Tangará da Serra -MT com o objetivo de estudar a temática do preconceito. A metodologia utilizada foi a realização de grupo focal, com cinco participantes, alunos e egressos do curso de Letras da Unemat, *campus* de Tangará da Serra – MT. Os autores que nos auxiliaram nas reflexões aqui apresentadas foram Barros-Filho (2013), Hall (2006), Silva (2000), França (2005, 2013, 2014), Leal (2010), Munanga (2005), Adorno (2003), Adorno e Horkheim (1947), Gatti (2005) e Pires (2010). A estratégia metodológica se revelou profícua na construção de criticidade no decorrer das discussões sobre as situações de preconceito vivido. O preconceito é um elemento constitutivo da ordem social e socializador de pessoas e grupos.

Palavras-chave: Preconceito. Alteridade. Identidade.

ABSTRACT

This article is the result of research, conducted in Tangara da Serra - MT with the aim of studying the issue of prejudice. The methodology used was to hold focus group with five participating students and graduates of the Unemat, *campus* Tangará da Serra - MT. The authors who contributed to this research were Barros-Filho (2013), Hall (2006); Silva (2000), França (2005, 2013, 2014), Leal (2010), Munanga (2005), Adorno (2003), Adorno e Horkheim (1947), Gatti (2005) and Pires (2010). The methodological strategy is profitable revealed in the construction of criticality during the discussions on the living situations of prejudice. Prejudice is a constitutive element of social and socialization of individuals and groups.

Keywords: Prejudice, Alterity, Identity.

1 INTRODUÇÃO

A gente, para a gente mesmo, é a gente. Raramente consegue ser o outro. A gente para o outro, não é a gente; é o outro. Deve estar confuso. Tento de novo: cada um de nós vive numa ambiguidade fundamental: Ser a gente e ao mesmo tempo, ser o outro. Pra gente, gente, é a gente. Para o outro, a gente é o outro. Na vida de relação, temos que saber ser o “eu- individual” e ao mesmo tempo aceitar funcionar em estado de alteridade, ou seja, de “outro”.

Rubem Braga

¹ Profa. Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso, graduada em Psicologia e Pedagogia, mestre e doutora em Educação pela PUC/SP. Pós-doutorado em Educação pela Unicamp. Membro dos Grupos de Pesquisa: Direito Estado Sociedade da Unemat; Observatório de Políticas Públicas sobre o Covid 19 para os povos e comunidades tradicionais; Segurança Pública; Mediação e Arbitragem todos em Barra do Bugres.

A epígrafe expõe a condição sempre ativa do *ser como si mesmo e como Outro* que todos vivenciamos no decorrer da existência. Como podemos ver, há estreita relação entre as duas posições e que a mesma pessoa sempre, inevitavelmente, vivenciará essa realidade ambígua. Ao cuidar do Outro cuidamos de nós mesmos.

A proposição desta pesquisa se deu em decorrência de nosso compromisso com a temática do preconceito e com a disposição em estudar sobre a gênese desses processos; de compreender como o preconceito opera na sociedade e suas implicações nos âmbitos político, social e individual. Como professores universitários temos o compromisso de pensar quais caminhos podem ser profícuos na desconstrução/ desfacelamento de preconceitos, tratando-os pedagogicamente em nossas atividades diárias. Essa conduta nos pareceu viável no sentido de contribuir para a transformação radical dessa condição relacional objetivada na organização estrutural das sociedades ocidentais capitalistas tão empobrecedoras e perniciosas para a convivência humana.

As sociedades ocidentais se alicerçaram sobre a ontologia grega que relegou a alteridade ao esquecimento, a uma questão de segunda ordem. Essa posição filosófica, ontológica ao atribuir supremacia ao Eu construiu um modelo polarizado, dual para o estabelecimento de relações sociais em que os protagonistas ou eram superiores ou inferiores uns aos outros. Dependendo da classificação que teriam, ocupariam posições de mais ou menos poder. Essa matriz de pensamento permaneceu até a modernidade, momento em que a filosofia de Descartes reafirma a supremacia do Eu e reafirma o Outro como mera suposição. O logos nasce centrado em si mesmo e a consequência dessa condição autocentrada será a anulação sistemática do Outro (BARROS-FILHO, 2013). Com esse entendimento estabeleceu-se uma configuração de relações sócio-culturais cotidianas, naturalizadas e permeadas de fortes tensões entre diferentes grupos humanos registradas pela história.

No mundo contemporâneo ocidental temos uma cultura narcísica que transforma o Outro em objeto de uso, descartando-o tão logo o Eu esteja satisfeito. O Outro passa a ser meio para conquista de algo e não um fim em si mesmo. Diante de tal contexto de valores, muitas ações e comportamentos passam a ser banalizados, justificando as diversas manifestações de violência resultantes da resistência em servir de material de uso e de descarte diante do Eu possuidor de poder econômico, prestígio social, propriedade e poder político. Nessa conjuntura, os direitos humanos desaparecem no horizonte como uma miragem. Esta é uma enorme batalha a que devemos, nós educadores, trabalhar em nossa profissão evocando e pressionando para que se cumpra os direitos de todos (FRANÇA, 2014).

As escolas são instituições para onde convergem as tensões fabricadas na sociedade em que estas se inserem. Podemos dizer que as instituições escolares expõem a ebulição existente nas relações sociais. Como objetivo educacional, além da construção de conhecimentos, há que se possibilitar a apresentação e reconhecimento de outros saberes, bem como uma reflexão profunda sobre questões epistemológicas e sobre o criminoso epistemicídio realizado nas sociedades que elegem o capital como valor maior. Os povos e comunidades tradicionais sofrem este “descrédito” em relação aos seus conhecimentos, ao menos no que diz respeito à realidade aparente, pois sabemos que muitas indústrias farmacêuticas preparam remédios com base neste conhecimento sem dar crédito à fonte. A experiência destes povos e comunidades tradicionais em relação ao manejo dos bens naturais também tem sido referência para os que querem superar o modo de produção depredatório promovido pelo agronegócio e as grandes corporações.

O entendimento acerca da alteridade que nos apropriamos diz respeito ao reconhecimento de si mesmo no Outro e do Outro em si mesmo, portanto, em movimento dialético. O tema da intersubjetividade é urgente por várias razões: para a busca de uma convivência cooperativa, respeitosa, sem exploração, sem submetimento, dialógica, sem violência, sem guerra, para a construção de paz que esteja fundamentada em justiça social como compromisso de cada um e de todos; para o respeito ao meio ambiente pelo entendimento de que todos, sem exceção, têm direito a ter acesso aos elementos naturais essenciais para a manutenção da vida digna, dentre tantas outras razões. E, por fim, para a compreensão de que para a existência de um Eu foi necessário muitos “Outros” que o antecederam. Portanto, é uma impossibilidade lógica pensar que uma pessoa pode erguer-se e se emancipar prescindindo do Outro.

Na organização da sociedade capitalista, com seu fundamento filosófico neoliberalista, construído pelo modelo polarizado, muitas vezes em confronto, Eu versus Outro, são impostos desafios às relações entre pessoas e grupos gerenciados por essa matriz etnocêntrica, hierarquizada e competitiva, bem como suscitam a construção de novas posturas que buscam superação dessa dicotomia entre Eu-Outro.

2 PRECONCEITO, LINGUAGEM E IDENTIDADE

“A injustiça que se faz a um é uma ameaça que se faz a todos”.

(Montesquieu).

Para pensar sobre preconceito trouxemos a definição formulada por Leal (2010) em que o autor o associa aos “estereótipos, estigmas e rótulos”. Preconceito é um saber naturalizado em que a relação com o Outro é construída e percebida através do estabelecimento de diferença, como identidades e seus signos. “É resultado de um conhecimento discriminatório em que formas de

poder que constituem a vida social estabelecem o que é diferente (aspectos físicos, culturais, comportamentais) e suas categorias” (raça, gênero, sexualidade, *status* social) e assim, estas identidades são elaboradas, tornadas visíveis, controladas e disciplinadas. “O preconceito leva à redução de vida do outro, assim como retira uma parcela de sua humanidade”. E é nesse processo que se justificam fenômenos como a escravidão, a exploração, as guerras, os genocídios dentre outros (LEAL, 2010, p. 957).

A natureza ambivalente do preconceito se dá uma vez que, sendo uma construção social, “surge para o indivíduo como algo espontâneo e natural e pode apresentar-se com certa regularidade sob a forma de rejeição emocional e /ou repulsa, aversão ou fobia”. Nele encontra-se a “articulação entre permanência e performatividade uma vez que diz respeito a processos de reconhecimento e não reconhecimento, possibilitando repetição de identidades, normas, valores e signos com seus modos de interpretação”. Preconceito é ideológico e “tem imbricação na linguagem cotidiana surgindo como um fato, um dado da realidade, tornando invisíveis seus aspectos conceituais, metafóricos e de construção social”. Nele está implicado julgamento das atitudes, dos signos, dos indivíduos. Julgamento este em que os princípios e critérios utilizados para o julgado não se aplicam ao julgador. Há relações de poder, mas também de negociação e resistência, porque indivíduos e grupos excluídos encontram formas de combate à discriminação, superação e luta. Preconceito, portanto, constitui-se um modo de exclusão e como condição de sociabilidade, a partir das quais realidades, identidades coletivas e práticas sócio-culturais se materializam (LEAL, 2010, p.957-958).

Como o *estabelecimento de diferenças* se dá em um processo socializador constante, essa lógica presente nas relações com fortes vínculos afetivos não se desvela, portanto, o que fica é um sentimento e uma ideia de esses processos serem naturais e seus conteúdos serem os mesmos para todos, expressando “verdade”. Quanto mais as pessoas, se distanciam das prescrições sociais, mais estigmatizadas, discriminadas e preconceituadas serão. A sociedade do capital não suporta, tão pouco tolera, o que não é homogêneo, segundo seus parâmetros. Além disso, condena toda forma de vida, valores que não fortalecem a lógica da qual se utiliza como norma, como regra prevista. O ato de se colocar no lugar de “qualquer um” desestabiliza o poder, na medida em que as pessoas, ao invés de porem o acento na diferença somente, comecem a perceber os inúmeros elementos semelhantes a todos.

O entendimento que temos de preconceito é o de ele ser, simultaneamente, processo e produto. Os processos associados na constituição de preconceitos são a ação de estereotipar, a estigmatização e a rotulação, seguidas de discriminação. Isso significa que antes de uma ideia

se converter em preconceito e em discriminação é necessário um longo processo de socialização e formação em que essas ideias e concepções sejam, recorrentemente, repetidas por pessoas que tenham poder, autoridade e vínculos afetivos. A repetição está no centro do processo discriminatório e preconceituoso. Uma atribuição, uma adjetivação para um grupo ou pessoa só terá força de “verdade” mediante a sua possibilidade de reiterada repetição.

Ao contrário de pensar que a ignorância está na base do preconceito, mais promissor é pensar que o que se tem é um saber que discrimina, que sublinha diferenças para, a partir de categorias construídas, de fora da pessoa ou grupo, possibilitar a constituição de identidades previstas como um esquema social, um projeto de sociedade. Desse modo, o poder constituído de maneira hegemônica pode controlar e disciplinar as identidades que se tornaram visíveis.

Há articulação entre permanência e performatividade que diz respeito à busca de fixação de identidades. A característica performática garante a reposição, repetição de atributos e julgamentos que trazem efeitos sociais e pessoais que buscam manter as identidades tais como estão, ou ainda modificá-las para atender melhor ao que as instâncias de poder esperam. A performatividade², por outro lado, abre possibilidade para que as repetições sejam interrompidas e, assim, as identidades possam ser reconstruídas. Performatividade também diz respeito ao dito ou não dito que traz um efeito no contexto em que se expõem como linguagem e marca identidades (FRANÇA, 2014).

Outra característica do preconceito é sua natureza histórica e, assim sendo, envolve predição e expectativa, colocando-se como atemporal pois não evidencia sua construção. Hanna Arendt (2002), em suas reflexões, sublinhou a característica do preconceito ser uma ideia, um julgamento descolado da história e do contexto social em que surgiu. A referida autora mencionou dois tipos de preconceito em suas reflexões. O primeiro diz respeito ao sentido etimológico de pré mais conceito (pré + conceito) e afirma que esses compartilhados entre uns e outros fazem parte da questão humana e nos permite movimentar no dia a dia. Seria humanamente impossível manter um nível de atenção para “julgar de novo tudo que exigisse um juízo no decorrer de sua vida, mas sim porque tal falta de preconceito requereria um estado de alerta sobre-humano” (ARENDRT, 2002, p.29). A esse tipo de preconceito a autora denominou de *verdadeiros preconceitos* e estes são necessários para que os seres humanos construam juízo e tomem decisões. Apesar disso, Arendt (2002, pp.30-31) apontou razões de

² O conceito de performatividade utilizado encontra-se nos escritos de Fairclough, citado nas referências desse texto.

um preconceito se tornar perigoso. “A eficiência e a periculosidade dos preconceitos residem no fato de neles sempre se ocultar um pedaço do passado”. Além disso, observando com mais atenção, vemos que

um verdadeiro preconceito pode ser reconhecido porque nele se oculta um juízo já formado, o qual originariamente tinha uma legítima causa empírica que lhe era apropriada e que só se tornou preconceito porque foi arrastado através dos tempos de modo cego e sem ser revisto. (...) O perigo do preconceito reside no fato de originalmente estar sempre ancorado no passado, quer dizer, muito bem ancorado e, por causa disso, não apenas se antecipa ao juízo e o evita, mas também torna impossível uma experiência verdadeira do presente com o juízo (ARENDR, 2002, pp.30-31)

Em todos esses juízos só o indivíduo ou grupo é julgado, mas não o critério nem sua aplicabilidade. No mundo moderno, a compreensão pressuposta é a de que os seres humanos não estão em condições de julgar a coisa em si, que sua capacidade de discernimento não basta para um julgar original. Disse Arendt (2002, p.33) sobre o que se pensa na modernidade: “Na verdade não se poderia exigir das pessoas mais do que a aplicação correta de regras conhecidas e a adoção apropriada de critérios já existentes”.

A falha dos parâmetros do mundo moderno se traduz pela

impossibilidade de se julgar os acontecimentos diários de acordo com critérios fixos e reconhecidos por todos, assim como a dificuldade de indicar princípios de ação para o que irá acontecer foi descrita, como um niilismo inerente à época, como uma desvalorização de todos os valores, uma espécie de crepúsculo dos deuses e catástrofe da ordem mundial moral (ARENDR, 2002, p.33).

Entra em ação o caráter relativo das coisas, o que permite avançar em algumas questões, ao mesmo tempo em que faz ruir as certezas que se tinha em épocas anteriores.

O preconceito impregna-se na linguagem e sendo ideológico “invisibiliza conceitos, a história de sua construção e as expectativas que estiveram envolvidas em sua construção. Implica ainda em julgamento no qual os critérios não são aplicáveis àquele que julga, mas tão-somente ao julgado”. O julgador se vê acima de leis e critérios por ele criados (ARENDR, 2002, p. 34).

Quando afirmamos que para tratar de preconceito nessas reflexões é preciso considerar a questão do poder, isso significa que atribuições negativas, degradantes geram tensões e podem mobilizar para a resistência. Esse movimento prevê negociação de localização na sociedade e acesso a bens culturais. A questão de identidade é central e complexa, pois definirá condições sociais e de vida para grupos e indivíduos. Diante de atribuições depreciativas e preconceito, pessoas e grupos são excluídos de direitos e devem encontrar formas para lutar e combater o preconceito e à discriminação. Um exemplo dessa luta no Brasil são os diversos movimentos sociais.

O preconceito como uma construção social serve-se de conhecimento discriminatório e do discurso que predomina em determinado momento histórico, desenhando relações sociais. Estas se estabelecem na sociedade por intermédio de disposições/indisposições das pessoas, que traduzem posicionamentos afetivos para aceitar ou rejeitar algo ou alguém. São nas relações estabelecidas no contexto social que esses elementos se concretizam.

O preconceito “como discurso se estabelece como referente a algo que é, de fato, signo de uma diferença socialmente constituída, como quando certos traços corporais são eleitos como ponto de partida para categorias sociais, por exemplo a correlação pele/raça”. Os signos preservam uma natureza dupla e ambígua: apresentam-se como dados da realidade, porém “são operações semiótico-discursivas de produção de visibilidade. Ao mesmo tempo “remete ao que é desacreditado e ao que é desacreditável em função do seu reconhecimento imediato” ou não reconhecimento na dinâmica dos processos sociais intersubjetivos (LEAL, 2010, p 958).

Uma relação de conflito entre grupos adversários pode suscitar a construção de atribuições preconceituosas de ambas as partes. Conflitos no âmbito social podem se dar por questões de *disputa de poder, discordância religiosa, tensões provocadas por racismo* que se origina a partir da classificação e hierarquização dos tipos humanos. Essa classificação e hierarquização da diversidade humana foi um argumento que se revestiu de *status* científico e serviu a interesses nos âmbitos políticos e econômicos de exploração, violência e barbárie (HALL, 2006; FRANÇA, 2013; 2014). Exemplos emblemáticos são o tratamento dispensado historicamente a índios e a negros.

Munanga (2005) trata dos efeitos incomensuráveis do preconceito racial na estrutura psicológica das pessoas que vivem relações desta natureza. O racismo como elemento estrutural na sociedade brasileira está entranhado na linguagem, no pensamento, nos sentimentos, nos comportamentos, nas instituições que compõem a sociedade, nas mídias, nas relações sociais de forma continuada há séculos e atualmente nas redes sociais. Este tem como matriz epistêmica o pensamento dual, polarizado e as relações assimétricas de poder.

Podemos pensar que a disputa pelo poder político e econômico, as discordâncias religiosas, as tensões provocadas pelo racismo, pelo não reconhecimento social têm sido causas importantes para propiciar a atribuição de adjetivos depreciativos entre uns e outros.

Com Silva (2000) podemos afirmar que é por meio da construção de diferenças e identidades produzidas na sociedade, hierarquizadas, valoradas e desvaloradas, é que tecemos o palco propício para a proliferação de preconceitos, tensões, conflitos, exploração e guerra.

3 CONTRADIÇÕES E TENSÕES EM TANGARÁ DA SERRA – MT

A população de Tangará da Serra foi composta de colonizadores afinados com a “mentalidade capitalista, proprietários de grandes parcelas de terra e ansiosos por investirem no mercado imobiliário”. O modo de ver e lidar com o mundo estava em consonância com as políticas em curso no Brasil, em que foram mobilizadas ações políticas de povoamento de terras “devolutas” no Mato Grosso e por todo o país. Os migrantes ao chegarem na região, depararam-se com os moradores tradicionais e esse encontro desencadeou uma série de conflitos, materializando a visão hierarquizada dos recém chegados e polarizada do “nós” e “eles” estabelecida, por consequência da diferença radical de olhar, de pensar e viver no mundo. Hoje ainda há um discurso dos pioneiros que trata da história da cidade como tendo início com a sua chegada. O passado indígena foi apagado, e quando há alguma referência a este, o discurso é de que aquela época é sem importância e não representou desenvolvimento ou progresso. “O passado indígena e extrativista, é negado pelo pioneirismo e considerado um entrave ao desenvolvimento” (ANDRADE, 2009, p.106-107). O discurso dos pioneiros passa a ser um discurso de poder. O preconceito contra o mato-grossense que tem como matriz os indígenas e os negros se configura neste processo. Andrade traz um fragmento de entrevista feita em sua pesquisa que trata da identidade nacional evocada pelos pioneiros na proposição “de colocar seus interesses, sua ‘identidade regional’ acima da origem comum a todos, a brasilidade. Buscando desta forma trazer certa paz com a presença da identidade nacional” (ANDRADE, 2009, p.52-53).

Os adjetivos depreciativos estão postos para a população indígena e negra e é necessário desconstruí-los. É muito comum ouvirmos que os indígenas, portanto, o mato-grossense inclusive, são preguiçosos e atrasados. Vale pensar, preguiça em relação a quê? Ao trabalho delineado na lógica capitalista em que as pessoas ao trabalharem se sacrificam, se isolam de suas famílias e ganham muito menos do que produzem? A lógica indígena mato-grossense se pauta por uma outra baliza. Não é depredatória, não tem a acumulação como valor, mas compartilham da solidariedade, do entendimento que todos os seres vivos tem direito à vida, e a todos os elementos garantidores desta vida digna pela qual nos referimos. As relações não são de exploração, mas de cooperação e de igual valor. O “nós” é a síntese entre o eu e eles. O importante é termos claro de onde veio, tais adjetivações e quais os valores e anseios que estavam sustentando estes atributos. E é nesse jogo de desqualificação/qualificação que se explicitam as identidades de uns e outros no contexto social. Há que se fazer reflexão sobre as balizas das relações estabelecidas entre uns e outros para que possam ser desvelados os valores e os interesses que os alicerçam.

Os estigmas, os estereótipos, os atributos dados pelos migrantes a essa população originária tradicional coincide com os discursos produzidos no âmbito nacional sobre indígenas e negros. “Dentre esses atributos estão os de indolência, atraso, preguiça. Já no discurso do pioneirismo o que se evidenciou foram os atributos opostos a esses: trabalhadores, conhecedores do progresso etc.” (ANDRADE, 2009, p. 52-53). Vale lembrar que a pesquisa de Andrade tratou da relação entre moradores de Barra do Bugres e Tangará da Serra. No entanto, muitos de seus dados e análises foram de grande valia para contribuir com nossa pesquisa.

O movimento de migração trouxe tensões resultantes de diferentes visões de mundo, diversas formas de ver e de se colocar diante do Outro e, como consequência, desenhou outras possibilidades identitárias (SILVA, 2000; HALL, 2006; FRANÇA, 2005; 2013; 2014; ANDRADE, 2009). Andrade (2009) sinalizou que algumas pesquisas são criadoras de saberes, disseminando um modo de olhar e entender essa história sem dar atenção para outras vozes. Outra questão abordada por Andrade (2009) diz respeito ao discurso de que Tangará da Serra fica na região Médio Norte do Mato Grosso. “Essa afirmação não passa de construção discursiva sem fundamento em relação à localização da cidade. Tangará foi localizada nos parâmetros geográficos: Microrregião 530, sudoeste mato-grossense”. Portanto, o autor declarou que “a região denominada de médio norte do Mato Grosso é inventada, assim como o é a sua condição de capital dessa região” (ANDRADE, 2009, p.89).

4 ANÁLISES DOS DADOS CONSTRUÍDOS NA PESQUISA

A pesquisa contou com cinco participantes no *grupo focal* (GATTI, 2005) que tinham por característica comum serem alunos e egressos do curso de Letras da Unemat, *campus* de Tangará da Serra – MT e que tiveram histórico em suas vidas de experiências de preconceito dentro e fora da escola. Todos eles estudaram a maior parte de suas vidas em escolas públicas. As características distintas dos sujeitos eram: três deles são afrodescendentes e dois deles são brancos. Dois homens e três mulheres. Quanto às idades: um tinha 47 anos, uma de 54 anos e três deles estavam na faixa entre 21 e 24. Nível social: um deles é classe média, dois são de classe trabalhadora e outros dois são de família trabalhadora e de baixa renda. As idades e o nível social foram diversos, contemplando sujeitos de famílias de baixa renda e trabalhadores mais bem localizados financeiramente, pois não buscamos homogeneidade entre esses elementos.

Nos primeiros momentos do grupo focal o relato individual revelou uma preocupação voltada para si mesmo e quanto cada um, individualmente, poderia contribuir com a pesquisa. Em

momento posterior, iniciou-se uma aproximação entre os participantes com consistência maior das relações. Eles se olhavam e arriscavam palpites e opiniões em relação aos relatos. E em uma terceira fase, as relações revelaram reflexões, resultando em mudanças de opinião. Esse movimento do grupo nos deu pistas de que a condução e mediação do mesmo estavam adequadas. A seguir, expusemos alguns momentos da discussão, relativa ao terceiro momento do trabalho. A reflexão coletiva entre os participantes se deu com dinamismo, conforme relatado a seguir.

RAU21 disse que “quando se é criança não se percebe muito o preconceito, mas mais tarde você percebe que você carrega um trauma por ter vivido esta experiência” (sic). Contou que somente após entrar na faculdade foi que começou a compreender certos preconceitos e teve condições de interpretar os discursos e “observá-los com mais sensibilidade” (sic). Falou do preconceito da cor da pele como uma característica suficiente para suscitar discriminação, não tendo qualquer correlação com condição social ou financeira. Disse perceber isso no trabalho. Contou que um colega que tem a mesma função que a sua, ganha o mesmo salário, a única diferença é a cor da pele. O colega é branco. RAU21 refletiu que a condição de escolaridade em que se encontra é talvez melhor do que a deste colega que se autoriza a “brincar”, dizendo que quando RAU21 almoça no escritório ele come carne, insinuando que, em sua casa, RAU21 não come carne e ri. A conversa seguiu com TEU24 dizendo que “para eles talvez fosse só uma simples brincadeira”. RAU21 reagiu dizendo “É simples brincadeira?” TAU21 colocou que “eles fazem isso já sabendo que vão atingir, querendo que ele retruque. Eu já vi muito isso” (sic). RAU21 disse: “Sim, quando você transforma racismo em humor, você já está escondendo um monstro da sociedade”. MAU54 perguntou a RAU21: “O que você responde?” RAU21 disse que fica quieto e só observa. MAU54 questiona: “Você fica quieto? Só observando? Aí que nós estamos errados, sabia? Se a gente não fizer nada, vai continuar sempre essa gozação (...), se reagir você vai ser condenado agora, mas amanhã vai se sentir melhor”(sic). MAU54 continua dizendo que a resposta para eles seria: “Por que você acha que eu não como carne na minha casa? Qual é a sua? O que vocês acham?” (sic). JEU47 diz que acredita que faz parte da educação da pessoa. Disse morar no mesmo bairro de RAU21, mas ele é discriminado e JEU47 não é. Foi feita uma pausa considerável, os participantes ficaram em silêncio. Alguns de cabeça baixa pensando, outros se entreolhando. JEU47 retomou a fala dizendo: “Agora tem outro problema, nem todo mundo que faz isso... tem gente com formação superior e continua com essa mesma conversa” (sic). RAU21 continuou dizendo: “através do discurso que você consegue anular algumas coisas, como eu particularmente vou dar aula na educação, você

consegue colocar alguns discursos” (sic). Em seguida falou do programa Malhação da Rede Globo e citou o personagem Pilha que é negro, estuda na mesma escola dos jovens ricos, mas desempenha o personagem extrovertido e cômico, mas não é o personagem principal, nas palavras de RAU21: “Ele tem que ser o personagem cômico, ele não pode fazer o papel do cara que vai ser o principal, que vai participar do relacionamento com a mais bonita, né, digamos assim” (sic). Continua RAU21 dizendo que Pilha está ali para divertir, e sugere que em um trabalho docente é possível identificar o preconceito e a discriminação nos programas de TV para jovens e fazer recortes para que seja possível apontar o preconceito e trabalhar em sala de aula. E continua: “você já consegue primeiramente mostrar pra eles que existe preconceito. Quando você mostra que existe o preconceito, fica mais fácil você trabalhar” (sic).

RAU21 falou que “o discurso do preconceito é tão agressivo que se você não tem alguém pra orientar, vai causando traumas e futuramente você vai ter que... (TEU24: lidar com isso) É, quando você for ter que lidar com isso aí, vai ser mais difícil” (sic) (RAU21, 2012). Em seguida RAU21 manifestou saber da dificuldade para lidar com preconceitos. Esses podem apresentar-se de maneira muito sutil, encobertos, velados, porém não deixam de marcar a pessoa e trazer consequências que podem permanecer durante muito tempo em suas vidas. A dimensão psicológica é afetada pelas consequências dessa experiência amarga de ser preconceituado, de sofrimento, de dor, de constrangimento, discriminação, solidão e vergonha.

RAU21 também levantou uma questão muito importante ao dizer que quando se é criança não se percebe o preconceito. No entanto, mais tarde, alguns de seus comportamentos estão afinados com as situações que viveu na infância e somente aí é que se vai entender que foi construído um trauma em você pelas relações estabelecidas na sociedade. Essa constatação é muito séria, pois ao pensarmos em combater o preconceito há que se pensar em preparar a todos os professores, todos os funcionários que atuam na creche e pré-escola, ensino fundamental e demais níveis de escolaridade para evitar que haja esse tipo de situação com crianças, jovens e adultos na escola.

Nas palavras de Munanga (2005, p.16): “as consequências de tudo isso na estrutura psíquica dos indivíduos negros são incomensuráveis por falta de ferramentas apropriadas”. E foi exatamente isso que RAU21 percebeu de forma sensível. O autor fez menção ao envenenamento da estrutura psíquica das pessoas pelos preconceitos, pois esses impedem a todos de se enriquecerem e estabelecerem uma convivência, de fato, democrática.

Munanga (2005) nos alerta sobre a falta de preparo das pessoas para lidarem com a diversidade, com preconceitos resultantes dessa convivência e as ações discriminatórias que deles resultam.

É preciso estudar mais sobre estas questões, dialogar e elaborar formas pedagógicas de enfrentamento desta condição.

O mito da democracia racial diz respeito à crença de que no Brasil não há preconceitos e que a convivência é pacífica entre as diferentes pessoas. Essa crença trouxe muitas dificuldades para a sociedade, professores e futuros professores no sentido de atuarem na contramão da lógica repositora e confirmadora de preconceitos e hierarquização de pessoas e grupos. Não se pode trabalhar contra algo que a crença comum diz não existir. Nesse sentido, se não forem superadas essas dificuldades, se não houver preparo para lidar com situações dessa natureza no cotidiano de nossas vidas, pensar em educação emancipadora, tal como propôs Adorno (2003), será uma impossibilidade real.

A leitura atenta de todo e qualquer material a ser utilizado em sala de aula se faz necessário, pois como o preconceito está impregnado em nossa sociedade em todos os lugares, também está nos livros didáticos e em toda ordem de material pedagógico.

Na exposição de ideias e falas dos participantes da pesquisa explicitamos como discutiram a temática do racismo, do preconceito e de possíveis alternativas de lidar com isso na profissão docente e no cotidiano.

Alguns dos participantes concordaram que é preciso fazer alguma coisa para que esse tipo de relação não tenha continuidade. Na fala de JEU47 ficou evidenciada uma contradição, um conflito. Embora JEU47 sem ter muita clareza sobre essa questão, se o preconceito tem ou não a ver com escolaridade e conhecimento, e mostrou-se sensível e incomodado com a sua percepção de que tem gente instruída, com escolaridade que tem preconceito.

É falacioso parear preconceito com ignorância. Munanga (2005, p.18) auxiliou a pensar e refletir sobre essa questão, afirmando que a formação universitária não basta para desconstruir o preconceito, pois este “é produto das culturas humanas que, em algumas sociedades, transformou-se em arma ideológica para legitimar e justificar a dominação de uns sobre os outros”. Aponta ainda que ao relacionar o preconceito com a ignorância das pessoas coloca-se todo o peso estrutural da sociedade nos ombros das pessoas, e mais uma vez, apaga-se o caráter estrutural e coletivo da sociedade e da cultura que o tece e socializa. O ponto importante é que o preconceito não está somente no domínio da razão, mas apresenta forte caráter emocional envolvido e, assim sendo, o trabalho de desconstrução é mais difícil e demanda tempo. No entanto, isso não deve ser um aspecto desanimador, mas sim relevante para elaboração de ações que possam ser efetivas para estas desconstruções. A história recente, Auschwitz na Alemanha,

o preconceito nos EUA e na África do Sul não confirmam que a razão somente dá conta de tornar as pessoas mais humanas e sensíveis.

Munanga (2005, p.17) diz que como o racismo é um dos graves problemas de nossa sociedade, “precisamos mobilizar todas as forças vivas da sociedade para combatê-lo. Entre essas forças a educação escolar, embora não possa resolver tudo sozinha, ocupa um lugar de destaque”. Continuou Munanga (2005, p.17) dizendo que “uma das primeiras ações para se trabalhar na direção da eliminação do racismo entre nós é o reconhecimento de que a sociedade brasileira é racista”, bem como de “abandonarmos o medo de sermos preconceituosos e racistas”. Assim feito, a outra exigência é

[...] ficar atento e com disposição para se avaliar e analisar constante e, sistematicamente, nossas ações, pensamentos, sentimentos a fim de problematizá-los em prol de uma transformação radical de nossa estrutura mental herdeira do mito da democracia racial. Esse mito professa que no Brasil não há preconceito étnico racial e nem barreiras sociais para a diversidade étnica e racial (MUNANGA, 2005, p.17).

Em seguida, o autor sugere que sejam pensadas, inventadas estratégias educativas e pedagógicas de combate ao racismo. E nós acrescentaríamos, de combate aos preconceitos. A razão científica com a afirmação de que biologicamente não existem raças diferentes, e a moral cristã que afirma que todos são iguais perante a Deus, não são suficientes para operar transformações no imaginário e nas representações coletivas que a sociedade construiu do negro e do índio, pois a dimensão afetiva/emocional cultiva crenças, constroi estereótipos e valores que configuram atitudes. E assim sendo, urge criar linguagens e inventar técnicas que possam tocar o imaginário e as representações, bem como problematizá-los e abalá-los (MUNANGA, 2005).

A linguagem vista como prática social é emblemática no recorte aqui apresentado, pois tanto o que se diz, como o não dito e subentendido têm o poder de comunicar e mobilizar pensamentos, sentimentos e o imaginário. A exposição frequente de relações desqualificadoras e preconceituosas vão intervir no sentido de pressionarem as pessoas a aceitarem a identidade imposta, a condição inferiorizada e assim, fazendo com que essas passem a almejar um pareamento com o agressor, ou seja, aquele que preconceitua e que tem valorização social.

RAU21 ao mencionar que “*é através do discurso que você consegue anular algumas coisas* (p.9) mostrou sensibilidade e reflexão em relação ao discurso como prática social. Identificou que a mídia veicula discursos e que estes configuram o lugar social de cada um na trama societária.

Cabe aqui pensar sobre o papel social do cômico e do sarro em público para ser possível refletir sobre o que RAU21 relatou. A comédia produzida pelos meios de comunicação de massa tem caráter alienante, estimula e reafirma preconceitos em relação a pessoas e grupos, modos de pensar, é superficial não tendo como objetivo expor alguma ideia que possa vir na contramão da lógica de mercado, do lucro e do lazer que idiotiza. Adorno e Horkheim (1947) fazem referência ao estado de passividade e de entorpecimento próprio daqueles que não construíram esclarecimento. No entanto, é importante enfatizar que essa é uma maneira de tratar o humor, o cômico, porém não a mais indicada para os que se comprometeram com o processo de desbarbarização das relações sociais, com a construção de esclarecimento e sensibilidade diante do mundo.

A referência de RAU21 à “brincadeira, ao cômico e ao sarro” revela conduta que busca encobrir o preconceito, revesti-lo de humor para assim fazê-lo deslizar melhor e conseguir uma reposição desse no âmbito social e relacional. Na verdade, o cômico pode tanto ser estratégia para se conseguir vazar uma crítica sobre algo como também pode ser mais fácil reforçar representações sobre pessoas e grupos. De certa forma, RAU21 foi sensível para perceber isso, tal como mostrou em sua fala, reproduzida a seguir: “quando você transforma racismo em humor, você tá escondendo um monstro da sociedade” (RAU21, 2012, p.7). É importante termos clareza de que no humor, na piada, na brincadeira, o que nos escancara não é um estado de espírito, como se pensa com frequência, mas o que se revela é uma visão de mundo. As piadas têm como função veicular estereótipos e reafirmar preconceitos. Elas são revestidas do chamado “humor” para deslizar de forma mais leve e arrancar o consentimento das pessoas e aceitação de suas ideias desqualificadoras, demarcando posições sociais de submetimento e inferioridade (FRANÇA, 2014).

Pires (2010) escreveu sobre o cômico expondo outra forma de o mobilizar. Usá-lo como recurso para fazer pensar, como uma possibilidade distinta de representar o mundo, a si mesmo e às relações que se estabelecem socialmente. O humor e o cômico podem ser postos em movimento para desmistificar a realidade, como exercício constante de pôr à prova e intensificar percepções e experimentar o contrário das coisas. Além disso, pode ainda ser representativo de novas e inesperadas formas de olhar o mundo com criticidade e esclarecimento. Como retrato de experiência humana, em sua aparente simplicidade, pode também ameaçar o padrão dominador com seu todo transgressor de padrões, ideias e lógicas de comportamentos instituídos. Exemplos de humor crítico são as tirinhas de Mafalda de Quino e Fernandinho de Alexandre Beck, dentre outras.

O *sarro* em público, no meio da turma, em que todos dão risada da situação objetiva, provoca o constrangimento e a exposição social. Essa pressão exercida sobre a pessoa é tão ou mais agressiva do que uma agressão física. No caso de *sarro*, brincadeira desqualificadora, piada que difama, desacredita e avilta a imagem, a identidade de alguém, seu posicionamento social, sua inserção no grupo e sua (im) possibilidade de se manter na turma, na escola, no trabalho etc. O que está em xeque aqui são as condições de vida material e social da pessoa (FRANÇA, 2014). A comédia pode ser interpretada como o canto da comunidade, pois a palavra “*Komos* tem múltiplos sentidos no vocabulário grego, inclusive o de comunidade” (PIRES, 2010, p.9). O riso não é nunca solitário, mas sempre o riso de algum grupo, pois é “na sociedade que se acha a essência do que é risível”. O cômico só pode se configurar no e pelo social (PIRES, 2010, p.9).

A constituição de identidades se dá em uma arena de tensões, em um campo de forças em que tende a vencer aquele que melhor estiver posicionado na trama social. O sujeito preconceituado tende a construir uma imagem negativa de si mesmo, pois se apropria do modelo hegemônico por pressão externa. Nessa apropriação passa a se considerar a partir de dentro como é visto de fora. Ao se rejeitar, buscará se aproximar do indivíduo avaliado positivamente em valores, modos, vestimenta, etc. Outra possibilidade é de que aqueles que sofrem algum tipo de discriminação e preconceito, na luta por uma identidade mais bem situada, possam reunir esforços para ser o melhor em alguma atividade para construir uma contradição entre o que é dito, o que é visto e realizado de fato em determinada ambiência. Assim foi como o participante RAU21 se colocou diante do preconceito e discriminação sofrida na escola pública que frequentou na cidade, antes de ser aprovado na Unemat no curso de Letras (FRANÇA, 2014).

O fragmento do diálogo estabelecido no grupo focal recortado e trazido para este texto e sua análise mostrou como os participantes refletiram uns com os outros, o que seria o preconceito, seus efeitos perversos, possibilidades de conduta eficiente para anular, desconstruir esse modo de relação imputado a RAU21. O racismo faz parte do tecido social e cultural brasileiro e sua forma de operar na sociedade traz desafios devido à sua complexidade, a diversas formas de se manifestar, ao saber discriminatório e hierarquizado cultivado cotidianamente, ao aspecto emocional envolvido com vínculos intensos, construídos sob relações de autoridade e que traz consequências nefastas a todos, pois funciona como envenenamento da estrutura psicológica e empobrecimento de referências para a constituição de sujeitos sociais. Causa dor, sofrimento, vulnerabilidade e retira condições de vida, seja do ponto de vista psicológico, social e/ou

material. A diversidade como experiência na alteridade, tão enriquecedora para a sociedade, torna-se miragem nas relações de preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tangará da Serra apresenta nas relações sociais preconceitos que podem ser localizados na história da humanidade e do Brasil. Os recortes feitos da pesquisa realizada procuraram evidenciar como esses se objetivam nas relações cotidianas. O indígena, o negro, a mulher, os homossexuais, os deficientes, enfim, toda e qualquer pessoa que tenha sentido e vivido o preconceito deve se organizar para tensionar coletivamente o poder público, denunciar, pressionar a reformulação de leis e exigir o cumprimento daquelas que insistem em ficar somente no papel como álibi de uma dinâmica social muito longe de ser instalada por aqui.

Não é mais possível pensar que os preconceitos são coisas construídas pelas pessoas em seu grupo de pertencimento e que a sociedade assiste atônita a esse desenrolar de relações sociais nessa tônica. É urgente que saibamos que a sociedade inteira traz em cada fio, em cada trama, em sua história, nas instituições sociais que a organizam, nas ideologias, na matriz de pensamento, nas leis, nos três poderes, no quarto poder esse elemento. O preconceito está nas entranhas de nossa sociedade, assim como em todos nós. Combatê-lo é transformar-se, tornar-se outro e lutar para reconstruir radicalmente a sociedade em novas bases tais como as da alteridade que nasce do compromisso com a ética.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Tradução Wolfgang Leo Maar. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIM, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. 1947. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br>. Acesso em abril de 2014.

ANDRADE, Alex Sandre Marques. O Discurso do Pioneirismo e suas representações: Tangará da Serra – MT (1976-1997). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

ARENDT, Hanna. O que é Política? 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BARROS FILHO, Clóvis de. Alteridade. [Filme vídeo]. São Paulo: ECA, Universidade do Estado de São Paulo. Disponível em www.espacoetica.com.br duração de 2:04:14 hs. Acesso em fevereiro de 2013.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e Mudança Social. Brasília: UNB, 2001.

FRANÇA, Cecília de Campos et al. Política de Identidade em Mosaico no Mato Grosso, 2013. In: FRANÇA, Raimundo; BATISTA, Munis (orgs). Fronteiras de Sonhos: Migração, Trabalho e Política de Identidade em terras matogrossenses. 1ª ed. Cáceres: Editora Unemat, 2015, v. 1, p. 117-152.

FRANÇA, Cecília de Campos França. Preconceitos Dissipam a Alteridade: Experiências de alunos e egressos da Unemat, curso de Letras, *campus* de Tangará da Serra – MT. Tese de Pós Doutorado, FEA – DEPASE, UNICAMP, 2014.

GATTI, Bernadete. Angelina. Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Liber Livro Editora, 2005 (Série Pesquisa em Educação, v.10).

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEAL, Bruno Souza. Preconceito. Verbetes In: Enciclopedia Intercom de Comunicação. São Paulo Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares. Volume 1 – Conceitos. Obra Coletiva, 2010, pp – 383-386; pp.404-405; pp.957-958.

LÉVINAS, Emmanuel. Entre Nós. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

MUNANGA, Kabenguele (org.). *Superando o Racismo na Escola*. 2ª edição. Brasília: Ministérios da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PIRES, Julia de Moraes. A Função Social da Comédia: o teatro sem sofrimento. Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes – CELACC – Centro de Estudos latino Americanos sobre Cultura e Comunicação, 2010.

SILVA. Tomaz Tadeu. A produção Social da Identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2000, pp.73-102.

Recebido em: dezembro de 2020.

Aprovado em: março de 2021.

Como citar este trabalho:

FRANÇA, C. C. Preconceito e alteridade entre nós. **Zeiki**, Barra do Bugres, v. 2, n. 1, p. 49-65, (2021).